



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SEXUALIDADE NA ESCOLA – O OLHAR DA GESTÃO ESCOLAR NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS DE LAGOA DE DENTRO- PB

Aldaberon Vieira do Nascimento

Maria Liliane Soares da Silva

Escola Municipal de Ensino Fundamental Alfredo Chaves – aldaberonvn@hotmail.com

Resumo

A sexualidade é um aspecto da aprendizagem que exige cautela e conhecimento. Para tanto é necessário um olhar atencioso e crítico para lidar com assunto na escola. Por isso a pessoa do(a) gestor(a) escolar configura uma peça indispensável para a exposição do assunto na escola. Assim é necessário que este(a) profissional seja capacitado para assumir tal cargo. E parte dessa capacitação advém da formação profissional oferecida pelas faculdades e eventos de formação continuada segundo orienta a legislação brasileira educacional. A gestão democrática, é uma pauta que deve criar espaços para desenvolver ações educativas na escola e isso faz parte do papel do(a) gestor(a) escolar. Por se perceber uma ausência da temática da sexualidade na escola é que se faz indispensável mais formação para os(as) profissionais que estão lidando com um público tão ansioso de informação quando o assunto é sexualidade. Daí a inclusão da temática nos Planos de Educação em vigor nessa próxima década. Integrando os Temas Transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, lançados em 1998, a Orientação Sexual é um assunto que desperta a curiosidade de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. No entanto, há profissionais que não se sentem seguros para debater o assunto em sala de aula com seus/suas alunos(as) e/ou com os colegas de trabalho acarretando uma ausência do programa no currículo da escola.

Palavras-chave: Gestão escolar, formação profissional, sexualidade.

Abstract

Sexuality is an aspect of learning that requires caution and knowledge. Therefore is necessary a considerate and critical look to deal with the subject at school. So the school Manager configures an indispensable piece to the exposure of subject at school. So it is necessary that this professional be qualified to take this position. And part of that training comes from professional training offered by colleges and continuing education second guides the educational Brazilian law. The democratic management is an agenda that should create spaces to develop educational activities at school and this



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

is part of the role of school Manager. By perceiving an absence of the theme sexuality in school is that is indispensable more training for the professionals who are dealing with an audience so eager for information when the subject is sexuality. Hence the inclusion of this theme in the Education Plans in force at next decade. Integrating Transversal themes proposed by the National Curriculum Standards, launched in 1998, the Sexual Orientation is a subject that arouses the curiosity of all those involved in the educational process. However, there are professionals who do not feel safe to discuss the issue in classroom with his / her students and/or with co-workers resulting in an absence of the program in the school curriculum.

Keywords: School management. Professional training. Sexuality.

Introdução

O gestor(a) escolar é figura central nos processos de gestão da escola. Seu papel é indispensável tanto no processo administrativo quanto pedagógico. A orientação dada a partir da inserção dos processos de responsabilização torna esse profissional uma pedra principal na gestão escolar.

A educação pública brasileira assumiu, com as reformas dos sistemas educacionais, uma posição que foi alicerçada pelas reformas do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394 de 1996 define as regulamentações para o ingresso do(a) profissional na/da gestão escolar. No Artigo 64,

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL,1997, p.25).

De acordo com este Artigo, da LDB – Lei nº 9.394/96, tem-se que a administração da educação é uma área do conhecimento que, como as demais, requer formação adicional à docência, uma vez que esta é a base da identidade de formação dos/para os(as) profissionais da educação.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No atual contexto em que a sociedade contemporânea encontra-se não se pode imaginar a educação sem formação profissional em qualquer área a que se refira. Na educação, sobretudo esse ponto, torna-se fecundo, haja vista a velocidade com que as informações chegam às pessoas.

Assim:

No aspecto relacionado à gestão e ao funcionamento das escolas, há que se pensar no desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados, elaborados com objetivo de fomentar a educação [...]. Nesse sentido cabe ainda sugerir o fortalecimento de práticas individuais e sociais que busquem a promoção e a defesa dos direitos humanos (BRASIL, 2013, p.46).

Nesse sentido, a formação dos(as) profissionais da educação tornou-se um assunto muito discutido nas esferas governamentais. Daí, a formação de gestores escolares tem a ofertar um crescimento gradual na participação do processo escolar brasileiro. Um item a ser observado dentro desse processo chama a atenção para a forma como esta gestão venha a acontecer. A gestão democrática, termo muito utilizado atualmente, é uma pauta que deve criar espaços para desenvolver ações educativas. Isso objetiva uma gestão escolar que pondere a participação de um número considerável de agentes envolvidos no crescimento social da escola. De acordo com Batista (2008, p. 46), a gestão democrática deve:

ser capaz de liderar e mobilizar pessoas, saber agir em situação, nortear-se pelo projeto da escola, assegurar uma atuação sistêmica, assegurar uma participação democrática, pensar e escutar antes de decidir, saber avaliar e deixar-se avaliar, ser consequente, ser capaz de ultrapassar dicotomias paralisantes, decidir, acreditar que todos e a própria escola se encontram num processo de desenvolvimento e de aprendizagem.

Um ponto a ser considerado nessa conjuntura diz respeito à Educação Sexual ou Orientação Sexual, como diz os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. A sexualidade é algo que marca o desenvolvimento humano e seu reconhecimento é acentuado pela falta de conhecimento, e pela omissão de informações da escola para dialogar com a comunidade escolar envolvida. “[...] É um assunto que causa ansiedade, desperta dúvidas e expressa uma nova vivência [...] (BRASIL, 1998, p. 301)”. Assim, há questionamentos de como estaria sendo a formação dos(as) profissionais da educação a respeito da sexualidade. Estes



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

questionamentos vão desde a atuação desses (as) profissionais à formação oferecida pelos órgãos públicos mantenedores do discurso educativo no Estado.

Algumas ações e projetos envolvendo a Educação e a Saúde têm sido desenvolvidos tendo como alvo a Educação Sexual. Muito embora perceba-se uma falta de articulação entre essas áreas. Quando, na verdade ambas deveriam caminhar sempre em comunhão, haja vista a necessidade de educar-se quanto a saúde e de buscar uma educação saudável. Contudo, entra em cena o currículo escolar. Colocando o que reza a LDB (1996) e posteriormente os PCNs (1997), a temática da sexualidade na escola deveria está presente no dia a dia dos(as) estudantes muito antes da criação desses documentos. Daí, considerando o que rege a LDB nº 9.394/96 e os PCNs, além do que assegura a Constituição Federal, considere-se a formação do(a) profissional que deve atuar na educação nas suas diversas esferas. A gestão escolar dentro desse contexto torna-se um instrumento para facilitar a inserção e execução de projetos didáticos curriculares que contemplem a orientação/educação sexual das crianças e adolescentes, apontando um norte aos(as) professores(as).

Lançados em 1997, os PCNs trouxeram uma edição relacionando alguns temas recorrentes ao dia a dia da sala de aula e, conseqüentemente, dos(as) estudantes: os Temas Transversais dos quais: Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde e Trabalho e Consumo. A partir de então, “[...] o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais (BRASIL, 1998, p. 25).” De início o Ministério da Educação ofertou aos municípios um formação abrangente aos(as) professores(as) da rede básica de ensino.

Discutidos naquela época e passados aproximadamente duas décadas, ver-se que a sexualidade continua sendo um tabu nas escolas brasileiras, e as universidades, por sua vez, também não estão formando os(as) profissionais para lidar de forma coerente com a sexualidade em sala de aula. Haja vista, ser este um tema bastante influenciador na formação humana, sobretudo na pré-adolescência e na adolescência, causando discursos acertados e outras vezes aumentando a curiosidade em relação ao assunto.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Bastante influente, a sexualidade humana está sempre despertando a curiosidade de todos os seres. Seja pela curiosidade, seja pelo tabu que

Apesar de hoje em dia falar-se muito sobre esses assuntos, (sexo e sexualidade) muitas pessoas ainda não encontraram as formas mais adequadas para vivenciar sua sexualidade com plenitude, buscando o prazer e a felicidade que acompanham esse aspecto que deve ser vivido livremente (Batista, 2008, p. 18).

Dentro dessa perspectiva, o Tema Transversal Orientação Sexual requer uma certa postura da escola, da comunidade escolar e do(a) profissional que lida direta e indiretamente com a formação dos(as) educandos(as). Uma postura, segundo os próprios PCNs, que reflita valores democráticos e pluralistas (BRASIL, 1998, p. 303). Contudo, entra em cena o currículo da escola. Um currículo diverso que possa atender a toda demanda recebida e ofertada pela escola nas relações estabelecidas pela escola dentro de uma prática curricular, mais precisamente a política educacional, considerando também as experiências socioculturais.

A escola é um espaço de valores e culturas diferentes. É um mundo diverso. Neste caso,

Diversidades que os educadores e educandos levam para as escolas: sócio-étnico-racial, de gênero, de território, de geração etc. [...] Reconhecer e respeitar a diversidade indaga concepções generalistas de conhecimento, de cultura, de saberes e valores, de processos de formação, socialização e aprendizagens. (BRASIL, 2008, p. 12 - 13).

Daí a importância da formação pessoal e sobretudo profissional pela qual o(a) profissional deve passar/fazer de acordo, também com a legislação educacional vigente. Dentre, os(as) profissionais educadores(as) a que abrange tal formação, a gestão é uma coluna de sustentação para que a escola possa garantir a formação de seus/suas educadores, permitindo uma inclusão no currículo da escola como garantia de transformação do espaço educador no sentido de permitir uma discussão da diversidade de informações de que a escola carece.

Há várias formas como a diversidade aparece na escola, o que requer da instituição sabedoria, conhecimento e cautela para lidar com determinadas situações do cotidiano escolar



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

e da relação escola-família. Por isso o currículo da escola deve ser bem elaborado e participativo. O que requer uma gestão cada vez mais democrática que permita a participação ativa da comunidade escolar com seus diferentes grupos sociais. A tal propósito, Gomes, (2008, p. 22) afirma:

Somos desafiados pela própria experiência humana a aprender a conviver com as diferenças. O nosso grande desafio está em desenvolver uma postura ética de não hierarquizar as diferenças e entender que nenhum grupo humano e social é melhor ou pior do que outro. Na realidade, somos diferentes.

É esse desafio que caracteriza o currículo, a partir da vivência dos vários grupos sociais que o contempla dentro das relações culturais, sociais, de poder, de conhecimento em suas várias fases. Contudo, Gomes (2008) afirma que diversos conhecimentos são produzidos pela humanidade e estão ausentes nos currículos e na formação dos(as) professores(as) e dos(as) demais profissionais da educação, como é o caso da Orientação Sexual, haja vista, a escola compreende um espaço de vivência de diferentes grupos sexuais: heterossexuais, homossexuais, bissexuais.

As pessoas que compreendem esses grupos trazem consigo uma carga de informação oriunda da mídia e dos diferentes espaços onde estas estão inseridas, o que (re)configura a necessidade de um currículo diverso, democrático e participativo. O que caracteriza, de acordo com Silva (2013, p. 40) [que] o currículo é visto como experiência e como local de interrogação e questionamento da experiência.

Ao chegar à escola, o indivíduo, independente de qual fase da vida se encontre, já tem um conhecimento de mundo. É o aprendizado que ele traz do convívio com outros grupos anteriores à escola. E esse aprendizado é parte fixa do currículo ao qual será submetido enquanto membro da instituição de ensino a que passa a integrar nesse momento. Por isso a importância de a escola ter uma gestão democrática. Tomando por base que:

A escola e o currículo devem ser locais onde os estudantes tenham a oportunidade de exercer as habilidades democráticas da discussão e da participação, de questionamento dos pressupostos do senso comum da vida social. Por outro lado, os professores e as professoras não podem ser vistos como técnicos ou burocratas, mas como pessoas ativamente envolvidas nas atividades da crítica e do questionamento, a serviço do processo de emancipação e libertação (SILVA, 2013, p. 54 - 55).



Com a elaboração dos Planos de Educação, a discussão das reformulações do currículo escolar está em evidência. Isso significa um momento para análise do que se coloca nas escolas. A esse ponto deve-se juntar, ou melhor, continuar os debates acerca das carências apontadas na Conae em 2013 que subsidiou ao Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.003/2014, nos fóruns de elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, 2014/2015.

Assim, de forma geral esta pesquisa objetiva compreender o papel do(a) gestor(a) escolar e a sua relação na política educacional curricular. E a partir de então, compreender a política do currículo escolar segundo a visão do(a) gestor(a) escolar; Identificar o nível de conhecimento dos(as) gestores(as) escolares em relação aos Temas Transversais e discutir a política do currículo tendo como foco a Orientação Sexual na escola. A participação da escola através da sua gestão e dos(as) demais profissionais da educação e de toda a comunidade escolar é fundamental para que haja uma reforma curricular que atenda as necessidades apresentadas pelo público escolar em seus diversos níveis e segmentos. Com isso espera-se, portanto, que a questão da sexualidade seja contemplada cumprindo o que rege a proposta dos PCNs e a LDB, nº 9.394/96.

Metodologia

A metodologia aplicada durante a pesquisa demonstra como o trabalho foi realizado, os meios utilizados e as fontes usadas para tal fim. Nesse contexto, “a questão metodológica [...] indica um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social,” segundo Gonsalves (2003, p. 61).

Para o desenvolvimento desse trabalho consideram-se essenciais os seguintes elementos: tipo da pesquisa, sujeitos da pesquisa, espaço da pesquisa, coleta dos dados, análise dos dados.

A pesquisa foi realizada com sete gestores(as) escolares, sendo três gestores gerais e quatro gestores(as) adjuntos. A mesma contempla três escolas de Ensino Fundamental da rede



pública estadual e municipal no município de Lagoa de Dentro. Sendo uma escola estadual e duas municipais, ambas localizadas na sede do município.

A construção do conhecimento se deu a partir do levantamento de dados considerando uma revisão bibliográfica e a aplicação de um questionário com questões de múltipla escolha, o que caracterizou a pesquisa como explicativa, em relação aos objetivos e bibliográfica quanto o objeto com o uso do questionário, utilizando-se como método, o dedutivo.

O trabalho ora pautado fundamenta-se nos seguintes teóricos: Batista (2008), Gomes (2008), e Silva (2013), além de alguns documentos oficiais.

A partir das referências utilizadas discutiu-se a temática fazendo um comparativo entre a teoria e a prática com base na análise dos dados colhidos através do questionário com a fundamentação dos teóricos apontados.

Resultados e discussões

A partir das discussões apresentadas no texto e da comparação com os teóricos citados tem-se que a pesquisa apresenta como a gestão escolar visualiza a Orientação Sexual na escola a partir da proposta dos PCNs.

De antemão, considere-se que a gestão das escolas é formada por uma maioria de mulheres, mesmo havendo uma divisão de valores em relações de gênero, Silva (2013), Gomes (2008) e Batista (2008). Foram entrevistados(as) sete gestores(as), desses(as): cinco são mulheres e dois, homens, equivalendo respectivamente a 57% feminino e 43% masculino. Todos(as) tem curso de licenciatura concluído, conforme a legislação educacional e atuam no magistério há pelos menos mais de dois anos. Portanto, são profissionais experientes na área da educação.

De acordo com o que diz a LDB sobre a formação continuada e como sugere os PCNs, quanto a formação específica para tratar de alguns temas sugeridos para trabalhar em



sala de aula e de forma singular ao que diz respeito a conhecimento dos Temas Transversais, todos/as afirmaram conhecê-los. E que dentre os mesmos, quatro conhecem o tema Ética, seis - Orientação Sexual, quatro - Saúde, seis - Meio Ambiente, cinco- Pluralidade Cultural e dois - Trabalho e Consumo. Isso implica dizer que todos(as) os(as) gestores(as) escolares conhecem os Temas Transversais sugeridos pelos PCNs.

Estes(as) ainda afirmaram que algumas orientações são dadas aos(as) professores(as) para trabalhar com a temática em sala de aula, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1, orientação dada aos(as) profissionais.



Fonte: dados da pesquisa.

O gráfico reflete uma ação da gestão escolar em relação à forma como é orientada a distribuição do currículo escolar e como se porta essa gestão diante da participação dos(as) docentes na sala de aula e que configura democracia, gerindo uma escola reflexiva e coletiva nas suas decisões, Batista (2008).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Como as escolas trabalham com componentes curriculares específicos para cada professor(a), isso reafirma ainda mais a participação desse(a) profissional e sua autonomia na implantação do currículo trabalhado em sala de aula.

Contudo, não se pode generalizar a participação de todos(as) os(as) profissionais na execução ou na contemplação de conteúdos ou discursos relacionados a sexualidade na escola ou mais especificamente na sala de aula, pois consoante a formação garantida pelas legislações e as políticas de formação de professores(as) oferecidas pelas secretarias de educação, algumas(ns) profissionais ainda almejam uma formação específica para tratar o tema ou evitam a temática para não se indispor com os pais e/ou responsáveis.

A falta de formação específica para tratar da sexualidade caminha lado a lado com a insegurança apresentada por uma parcela de profissionais da gestão nas escolas, uma vez que os cursos de formação superior – Pedagogia e as Licenciaturas, não oferecem conteúdos mínimos relacionados à sexualidade, e as secretarias de educação, como órgãos que fomentam formação continuada, não oferecem subsídios para uma educação em sexualidade. Isso implica uma deficiência nos conteúdos pautados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais quanto a sua abordagem pelos profissionais durante a formação para o magistério.

No entanto, a deficiência na formação desses profissionais pode ocorrer de forma oculta por uma razão cultural relacionando, por exemplo, a constituição do currículo, como afirma Silva (2013) quando diz que todos os aspectos do ambiente escolar que não integram o currículo oficial, também contribuem de forma implícita para a aprendizagem. Dessa forma, o conhecimento adquirido com o passar do tempo a partir das vivências cotidianas e culturais são contextos que constituem esse currículo.

Conclusão

A sexualidade é vista na escola ainda como um certo tabu e preconceito tanto pela gestão escolar como pelos demais membros da comunidade. Professores(as), pais e/ou responsáveis deixam visíveis algumas formas distorcidas de encarar a realidade. A legislação garante o acesso da criança à escola e um currículo que contemple a Base Nacional Comum e essa mesma legislação prima pela formação dos(as) profissionais para zelar por uma educação



de qualidade que contemple todas as áreas do conhecimento de acordo com a necessidade apresentada pela demanda discente.

Todavia, percebe-se que há uma insegurança dos(as) professores(as) e da gestão escolar para tratar da questão da Orientação Sexual na escola, haja vista, segundo tais profissionais, a formação oferecida é carente quando o assunto deveria ser tratado com naturalidade, uma vez que o currículo da escola já manifesta sua inclusão no cotidiano educacional.

Nota-se que as escolas não se sentem seguras para lidar com a sexualidade enquanto conteúdo didático e que a influência dos pais e/ou responsáveis é algo que intimida a ação dos(as) responsáveis pela educação escolar, quando estes(as) deveriam colaborar para tal gesto construindo uma educação com mais qualidade e menos intimista, ao mesmo tempo que o Estado também, deveria prezar por qualificação na educação brasileira, independente de qual esfera ela esteja presente.

A gestão escolar, mesmo mostrando-se democrática, apresenta uma certa insegurança quando demonstra conhecimento da legislação educacional e da temática oferecida pelos PCNs, mas não se permite buscar meios para configurar uma formação que assegure oportunidades a comunidade escolar para discutir com maior ênfase a sexualidade na escola.

Referências

BATISTA, Cláudia Aparecida. **Educação e sexualidade: um diálogo com educadores**. São Paulo. Ícone. 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais, orientação sexual (5ª a 8ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais – Brasília**. Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. 2013.



GOMES, Nilma Lino. **Diversidade e Currículo: indagações sobre o currículo**. Brasília. 2011.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 3 ed. Campinas. Alínea. 2003.

SILVA, Tadeu Tomaz. **Documentos e Identidades, uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte. Autêntica. 2013.